

Carolina Maria de Jesus: catando relatos para escrever o cotidiano de quem vive à margem

Taís Alves Teixeira¹

DOI: <https://doi.org/10.32760/1984-1736/REDD/2022.v14i2.18865>

Resumo

Este artigo parte dos diários de Carolina Maria de Jesus reunidos e publicados nos livros *Quarto de despejo: diário de uma favelada* e *Casa de alvenaria volumes I e II*, para pensar a concepção de modernidade/colonialidade pelo viés da contribuição filosófica decolonial. Por meio dos relatos cotidianos da autora registrados em diários que retratam aspectos periféricos da metrópole paulistana nas décadas de 1950 e 1960, buscamos evidenciar como o projeto de nação brasileiro foi pensado a partir da premissa do extermínio da população negra. Ao passo que a ausência de enfrentamento do problema da colonialidade nas ciências humanas e sociais no Brasil, até meados do século XX, impôs ao olhar científico a predominância de explicações de base culturalista que não consideravam as marcas da escravidão como fator estruturante das desigualdades no país. Nesse sentido, os diários de Carolina Maria de Jesus podem ser compreendidos como clássicos da literatura e das ciências humanas e sociais brasileira, consistindo em um documento que possibilita vislumbrar a conformação do projeto de modernidade no contexto brasileiro por uma perspectiva de baixo, enquanto registros das condições de existência daquelas/us/es que historicamente permaneceram à margem. Portanto, os diários de Carolina Maria de Jesus podem contribuir para o entendimento das reverberações e atualizações do projeto de Estado nacional brasileiro baseado na discriminação racial que fundamenta a lógica da modernidade/colonialidade.

Palavras-chave: Carolina Maria de Jesus, modernidade/colonialidade, saberes localizados.

Abstract

Carolina Maria de Jesus: collecting stories to write about the daily lives of those who live on the margins

This article starts from the diaries of Carolina Maria de Jesus gathered and published in the books *Quarto de despejo: diário de uma favelada* and *Casa de alvenaria volumes I and II*, to think about the conception of modernity/coloniality through the bias of the decolonial philosophical contribution. Through the author's daily reports recorded in diaries that portray peripheral aspects of the São Paulo metropolis in the 1950s and 1960s, we seek to show how the Brazilian nation project was conceived from the premise of the extermination of the black people. While the lack of confronting the problem of coloniality in the human and social sciences in Brazil, until the mid-twentieth century, imposed on the scientific view the predominance of culturalist explanations that did not consider the marks of slavery as a structuring factor of inequalities in the country. In this sense, the diaries of Carolina Maria de Jesus can be understood as classics of literature and of the human and social sciences in Brazil, consisting of a document that makes it possible to glimpse the conformation of the project of modernity in the Brazilian context from a perspective from below, while records of the conditions of existence of those that historically remained on the sidelines. Therefore, Carolina Maria de Jesus' diaries can contribute to the understanding of the reverberations and updates of the Brazilian national state project based on racial discrimination that underlies the logic of modernity/coloniality.

Keywords: Carolina Maria de Jesus, modernity-co-loniality, situated knowledge.

Resumen

Carolina Maria de Jesus: recopilar historias para escribir sobre la vida cotidiana de los marginados

Este artículo parte de los diarios de Carolina María de Jesus recopilados y publicados en los libros *Quarto de despejo: diário de uma favelada* y *Casa de alvenaria* tomos I y II, para pensar la concepción de la modernidad/colonialidad a través del sesgo de la filosofía decolonial contribución. A través de relatos cotidianos del autor registrados en diarios que retratan aspectos periféricos de la metrópolis de São Paulo en las décadas de 1950 y 1960, buscamos mostrar cómo el proyecto de nación brasileña fue concebido a partir de la premisa del extermínio de la población negra. Si bien la falta de enfrentamiento del problema de la colonialidad en las ciencias humanas y sociales en Brasil, hasta mediados del siglo XX, impuso en la mirada científica el predominio de explicaciones culturalistas que no consideraban las marcas de la esclavitud como factor estructurante de las desigualdades en la el país. En este sentido, los diarios de Carolina Maria de Jesus pueden ser entendidos como clásicos de la literatura y de las ciencias humanas y sociales en Brasil, constituyendo un documento que permite vislumbrar la conformación del proyecto de la modernidad en el contexto brasileño a partir de una mirada desde abajo, mientras registros de las condiciones de existencia de aquellos/nosotros que históricamente permanecieron al margen. Por lo tanto, los diarios de Carolina Maria de Jesus pueden contribuir a la comprensión de las reverberaciones y actualizaciones del proyecto de Estado nacional brasileño basado en la discriminación racial que subyace a la lógica de la modernidad/colonialidad.

Palabras clave: Carolina Maria de Jesus, modernidad/colonialidad, conocimiento localizado.

¹ Licenciada em História pelo Centro Universitário Metropolitano de São Paulo. Licenciada em Geografia pelo Instituto Federal de São Paulo. Mestranda em Ciências Humanas Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP-FCA. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7851-9991> . E-mail: t235001@dac.unicamp.br.

Introdução

Propomos pensar modernidade/colonialidade (Mignolo, 2017) por meio dos diários de Carolina Maria de Jesus e compreendê-los tanto como clássicos da literatura nacional como das ciências humanas e sociais, considerando que por meio desses relatos cotidianos, compreendidos entre as décadas de 1950 a 1960, é possível nos aproximarmos das condições de vida daquelas/us/es que são denominadas/us/es pelas ciências humanas e sociais como despossuídas/es/os. Estes diários, além de descreverem a precariedade da vida em condições habitacionais insalubres de Carolina Maria de Jesus, seus filhos e vizinhos, também nos mostram a indignação com o abandono do poder público no que concerne à população pobre periférica e à constante sensação de inadequação, mesmo quando Carolina de Jesus consegue residir em uma casa de alvenaria em Santana, bairro da zona norte de São Paulo. Estes são alguns dos elementos que nos possibilitam pensar uma modernidade e urbanidade sob a égide de uma estrutura social de bases colonialistas.

Desse modo, ressaltamos a importância de compreender os diários não como meros objetos passivos e inanimados, afinal eles se constituem como atores da pesquisa, pois todo registro documental é parte de uma dada realidade repleta de interferências que também agem sobre o documento. Assim, partimos da compreensão de que qualquer documento deve ser problematizado e não estabelecido como puro e sem intervenções. Porque, seja no ato de organizar e mesmo de transcrever, existe a possibilidade de interferências e modificações. Os diários de Carolina Maria de Jesus além de nos ajudarem a compreender a realidade de um dado tempo por meio de relatos cotidianos com teor poético crítico, também podem ser encarados como objetos em constante disputa, como é possível observar nas ditas correções gramaticais sofridas ao longo dos anos durante o processo de edição e publicação. Ao levar em conta estes aspectos, a escolha pelos diários de Carolina de Jesus se constitui por meio de um olhar interessado em analisar os reflexos de uma dita modernidade e urbanidade no cotidiano de uma mulher marcada pela forma de organização social de um país de bases coloniais.

Carolina Maria de Jesus cursou apenas os primeiros anos do ensino básico, de modo que os erros gramaticais presentes em seus diários são inscritos como parte de uma gramática do cotidiano, como defende a escritora Conceição Evaristo (2021, p.14). Mas também é importante frisar que na sua escrita pode haver elementos da organização linguística que a intelectual brasileira Lélia Gonzalez denominou de pretuguês, termo o qual explica que determinadas palavras que aparentemente são consideradas erradas na norma culta da língua portuguesa trazem em sua raiz a influência de línguas africanas onde a letra L não existe.

É engraçado como eles gozam a gente quando a gente diz que é Framengo. Chamam a gente de ignorante dizendo que a gente fala errado. E de repente ignoram que a presença desse R no lugar do L nada mais é que a marca linguística de um idioma africano, no qual o L inexistente. Afinal, quem é o ignorante? Ao mesmo tempo acham o maior barato a fala dita brasileira que corta os erres dos infinitivos verbais, que condensa “você” em “cê”, o está em “tá” e por aí afora. Não sacam que tão falando pretuguês. (Gonzalez, 2020, p. 90).

Os diários de Carolina Maria de Jesus possibilitam uma perspectiva de baixo, da escrita feita no sul global, pelo ponto de vista de uma mulher negra, mãe, favelada, escritora, a qual vivenciou a situação de despejada inúmeras vezes. Isso nos aproxima da premissa dos *Saberes localizados*, conforme propôs a bióloga e feminista Donna Haraway (1995), ao defender um olhar parcial preocupado em se distanciar do olhar ciclópico que se diz onipresente. É com a leitura de *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (2007) e *Casa de Alvenaria Volumes I e II* (2021), que iremos propor uma possível interpretação para as concepções de modernidade/colonialidade no contexto de uma São Paulo industrial.

Para iniciar a discussão referente à situação de despejada de Carolina Maria de Jesus, é preciso direcionarmos nossa atenção para a lei 601 de 18 de Setembro de 1850 que configurou a forma como a terra passou a ser uma mercadoria em 1850. Este *status* de mercadoria no contexto brasileiro, impactou o acesso à terra e levou às más condições de habitação de uma parcela significativa da população de escravizados que não possuíam recursos para adquiri-las. Ou seja, voltar a atenção para esta lei que data do século XIX se faz necessário para que possamos estabelecê-la como um marco histórico que auxiliará na

compreensão das marcas da inserção de modernidade empreendida sobre o solo fértil da colonialidade. Emília Viotti da Costa, importante historiadora brasileira, na obra *Da monarquia à República* (1999) diz como o processo de administração da terra acontecia no Brasil colônia e, posteriormente, como passou a ser administrado na república, da seguinte maneira:

Na primeira fase, a propriedade da terra conferia prestígio social, pois implicava o reconhecimento pela Coroa dos méritos do beneficiário. Na segunda fase, a propriedade da terra representa prestígio social porque implica poder econômico. No primeiro caso, o poder econômico derivava do prestígio social; no segundo, o prestígio social deriva do poder econômico. O processo de transição de uma concepção tradicional da terra para uma concepção moderna teve início no século XVI, sob o impacto da revolução comercial, e continuou por todo o século XIX. Após a Independência, esse processo se acelerou, principalmente em virtude das modificações que ocorreram nas estruturas econômicas e sociais em resposta à expansão do mercado internacional. A extensão e a velocidade dessa transição dependeram do grau em que a sociedade foi permeada pelos valores capitalistas. (Costa, 1999, p. 174-175).

A partir do pensamento da historiadora podemos inferir que a lei de terras de 1850 foi um divisor de águas entre uma concepção de concessão de terras realizada pela coroa até então, onde era exigido a comprovação de recursos para a construção de fortificações e a implementação de engenhos; para a venda da terra no contexto da transição para a república e das profundas transformações econômicas ocorridas no século XIX com o advento das mudanças capitalistas. Este episódio da história do Brasil é importante para que possamos compreender sua influência na precarização das condições habitacionais que os ex-escravizados vivenciariam futuramente, como é possível observar na história de vida de Carolina Maria de Jesus, mesmo tendo nascido em Sacramento, uma cidade no interior de Minas Gerais considerada em “desenvolvimento” devido ao cultivo do café e à presença de infraestrutura para a mobilidade feita pelos bondes, como demonstra o documento para o tombamento da estação de bondes de 2018². Todo esse desenvolvimento não possibilitou que Carolina Maria de Jesus, filha de meeiros e ex-escravizados, encontrasse trabalho e permanecesse em Sacramento.

Ao rememorar as palavras enunciadas ainda no período da abolição pelo político e intelectual brasileiro abolicionista Joaquim Nabuco sobre a obra da escravidão, Sueli Carneiro filósofa brasileira faz entender o porquê a pobreza tem cor: “É de Joaquim Nabuco a compreensão de que a escravidão marcaria por longo tempo a sociedade brasileira porque não seria seguida de medidas sociais que beneficiassem política, econômica e socialmente aos recém-libertados.” (Carneiro, p. 15, 2011). Por meio dessa citação, é possível inferir que as consequências da negação ao enfrentamento dos problemas gerados pela escravidão estavam anunciadas, de modo que a realidade descrita por Carolina de Jesus reforça aquilo que os índices apresentam historicamente sobre a condição social da população negra.

Segundo Lélia Gonzalez em *Por um Feminismo Afro Latino Americano* (2020), o censo de 1950 fornece indicadores que informam a situação das mulheres negras, estes dados estão muito próximos da história de vida de Carolina Maria de Jesus. A escolaridade das entrevistadas era baixa, não chegava ao 2º ano primário; em relação aos postos de trabalho por elas ocupados, 10% estavam na agricultura e indústria têxtil e 90% concentrava-se na área de prestação de serviços pessoais. Estes dados nos ajudam a entender a realidade vivida pela autora que, dentre tantos fatores de cunho racista, a fez deixar o estado de Minas Gerais. O deslocamento de Carolina Maria de Jesus pelo interior paulista e posteriormente sua chegada à cidade de São Paulo, percebida como o *locus* do desenvolvimento e das oportunidades, nos leva às consequências de uma modernização e urbanização feitas a partir das premissas coloniais de negação ao acesso à terra, sua transformação em mercadoria e a negação de políticas sociais e do trabalho assalariado aos ex-escravizados.

² Tal documento descreve a importância dos bondes para deslocamento nas zonas rurais a fim de possibilitar o escoamento da produção cafeeira. Disponível em: <http://www.ipatrimonio.org/wp-content/uploads/2018/11/ipatrimonio-Sacramento-Antiga-Cadeia-Publica-e-Antiga-Estacao-do-Bonde-Fonte-Prefeitura-Municipal.pdf>.

Desenvolvimento

Explicar o que é um clássico da literatura e justificar o porquê sua leitura é imprescindível é uma tarefa repleta de singularidades, já nos alertava Ítalo Calvino na obra *Por que ler os clássicos?* (1993). Segundo o autor, um clássico está muitas vezes ligado à relação afetiva a qual o/a/e leitor/a/e desenvolve com determinada obra, sua faixa etária e o impacto que esta teve sobre quem se dedicou a ela. Ao propormos olhar para os diários de Carolina Maria de Jesus como clássicos da literatura nacional e das ciências humanas e sociais, o fazemos com o objetivo de relacioná-los à compreensão da modernidade/colonialidade brasileira. De modo que por meio dos diários de uma mulher negra a qual, por um longo período, esteve na condição de catadora e despejada, possamos pensar como os processos de implementação de uma modernidade, que não pode ser separada da colonialidade, aparecem nos relatos de quem encontra-se à margem e precisa recolher o lixo produzido pela urbe.

Mas, antes de direcionarmos nosso olhar para as obras de Carolina de Jesus, é oportuno lembrar de maneira breve alguns pilares nos quais as ciências humanas e sociais brasileiras buscaram sustentação para pensar modernidade em âmbito nacional, sobretudo a partir da década de 1930. Pois, costumeiramente nos debruçamos sobre a problemática da modernidade partindo de aportes teóricos que de uma maneira geral fazem parte da formação do pensamento brasileiro, os quais servem ou serviram de guia para pensar o país, ao passo que a literatura brasileira utiliza estes aportes como guia para a compreensão do contexto social em que as obras foram produzidas. Dentre os autores que o campo de estudos literários busca como referência estão Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr., entre outros.

Analisar a problemática da modernidade no contexto brasileiro suscita a questão: Afinal, somos mesmo modernos e urbanos? A literatura sociológica, geográfica, histórica e econômica nos fornece uma série de elementos para pensarmos como estes processos sociais tomaram forma em solo brasileiro. Uma das perspectivas históricas e econômicas conhecidas é aquela que parte de uma matriz de explicação materialista, com a lei de *Desenvolvimento Desigual* pensada por Lenin e a de *Desenvolvimento Desigual e Combinado* elaborada por Trotsky (Demier, 2007). Estes dois pensamentos influenciaram a inteligência brasileira na compreensão sobre os processos econômicos e a constituição da modernidade brasileira e partem da premissa de que nações que se caracterizavam como colônias ou semicolônias teriam uma historicidade própria, pois estas estariam atrasadas para o desenvolvimento do capitalismo industrial. Esta concepção totalizante deriva da ideia de um sistema capitalista mundial, algo que marca de maneira explícita o pensamento sociológico brasileiro, sendo a concepção de revolução burguesa vista como mais uma etapa para a instauração de um processo de constante busca por desenvolvimento e modernização.

Uma leitura frequente sobre a modernidade brasileira é aquela feita por meio de uma concepção weberiana, realizada pelo cientista social Sérgio Buarque de Holanda na clássica obra *Raízes do Brasil* (1995), a qual apresenta a discussão referente à herança ibérica presente nos costumes, instituições e no modo de organização social. Esta herança deixada por países que possuíam uma nobreza que, nas palavras do autor, não era tão gloriosa assim por não estar alinhada com os processos industriais europeus, deixou marcas e características peculiares ao contexto brasileiro, ou seja, parte de uma visão socioeconômica desenvolvimentista. Outro autor que se dedicou a compreender o Brasil foi Darcy Ribeiro (1995), que também realizou uma crítica à relação da empresa colonial e a obsessão da intelectualidade nacional por um projeto exógeno de desenvolvimento. O autor apontava uma perspectiva diferente ao se dedicar à pluralidade cultural da população brasileira fazendo referência às questões ambientais, indígenas e afro-brasileiras afirmando que todo e qualquer projeto deveria ter como base a cultura local. Nesse sentido, podemos elencar uma série de autores/as que contribuíram com abordagens para pensarmos a dita modernidade brasileira a qual também se caracteriza, em última instância, pela ideia de formação de uma identidade nacional.

Já o entendimento proposto pelo sociólogo Raymundo Faoro na obra *Os donos do poder* (1958), parte da concepção de patriarcalismo ao salientar que esta característica atávica, assentada em valores conservadores e a intensa promiscuidade entre o público e o privado característicos da sociedade brasileira, são fatores que impedem o desenvolvimento de uma sociedade moderna e liberal. É importante enfatizar que o sociólogo não parte de uma abordagem weberiana para pensar o patriarcalismo, como fez Sérgio Buarque de Holanda. Raymundo Faoro defende a ideia de um patriarcalismo híbrido relativo às peculiaridades de cada território, ao mesmo tempo em que se caracteriza pelo poder da coroa portuguesa presente nas terras que eram

concedidas a quem correspondesse aos anseios da monarquia. Este pensamento irá influenciar a elaboração crítica sobre o Brasil contemporâneo, na produção do sociólogo Jessé de Souza com a obra *A elite do atraso* (2017), quando este realiza uma crítica destinada às ciências sociais e à persistência de um certo pensamento de viés culturalista que alimenta o racismo científico e o não enfrentamento do problema da escravidão. Segundo o autor, este campo das ciências humanas tem negado um aspecto que é a pedra fundamental dos problemas sociais e econômicos brasileiros, a escravidão e seus desdobramentos na produção de desigualdades.

Minha tese, no entanto, não é apenas a de que as ciências sociais no mundo todo ainda estão sob o domínio total – na área da produção científica dominante – ou sob domínio parcial – na área da produção científica crítica – do paradigma da teoria da modernização. Minha segunda tese, nesse contexto, é a de que o paradigma culturalista é, na verdade, uma falsa ruptura com o racismo científico “racial”. E minha terceira tese é a de que as ciências sociais dominantes no Brasil repetem esse mesmo esquema e esse mesmo falso rompimento com o “racismo científico” da cor da pele. Ou seja, caro leitor, em resumo, ainda estamos tratando as doenças nas ciências sociais brasileiras como se essas fossem produto de fluidos misteriosos no corpo e não causadas pela ação de microrganismos. (Souza, 2017, p.15).

De acordo com o sociólogo, a falta de enfrentamento do problema racial nas ciências sociais reproduz um racismo científico. Ao usar elementos culturais para justificar a hierarquia de desenvolvimento dos países, o que permanece é uma estrutura epistemológica que não provoca modificações, nem enfrenta o problema racial e das desigualdades. Portanto, na visão do autor, quando as ciências sociais partem de aportes teóricos assentados no culturalismo que defende a existência de um estoque cultural que justifica o nível de desenvolvimento de um país, ainda se está fazendo ciência social sobre o solo do racismo científico.

No campo da historiografia brasileira, Lilia Schwarcz na obra *Autoritarismos* (2019), nos leva à reflexão sobre o surgimento do denominado mito da democracia racial ainda presente nos argumentos comuns que fundamentam uma frequente negação do racismo na sociedade brasileira. Para a autora, um dos pioneiros no combate a esta ideia de democracia racial, defendida pelos intelectuais Nina Rodrigues, Sílvio Romero e Gilberto Freyre, foi o sociólogo brasileiro Florestan Fernandes. Ainda de acordo com Schwarcz, a obra *Casa grande e senzala* de Gilberto Freyre (2017) foi utilizada com o objetivo de comprovar o convívio harmonioso entre as raças no Brasil, fazendo persistir a ausência de enfrentamento do problema da escravidão e do extermínio indígena, o autor inclusive ganhou notoriedade pela UNESCO no contexto do fim da segunda guerra. Mas a gênese deste problema, segundo a autora, pode ser verificada na fundação do Estado Nação brasileiro, representada simbolicamente quando o naturalista alemão Carl von Martius, ganhou o concurso para escrever a História do Brasil e o fez pela perspectiva europeia, comprometido em inventar uma história partindo da metáfora fluvial na qual o rio e seus afluentes representariam as raças existentes no Brasil. O problema da escravidão e do extermínio indígena não era uma preocupação em sua elaboração da chamada História do Brasil, de modo que, seja nas ciências sociais ou na História, o enfrentamento da colonialidade até meados do século XX passou ao largo das discussões em torno das problemáticas sociais e da produção da história nacional.

A partir desse breve panorama em torno da formação de um suposto Estado moderno brasileiro, voltaremos nosso olhar para os diários de Carolina Maria de Jesus e a sua relação com a modernidade/colonialidade considerando este par como uma chave explicativa para os eventos cotidianos descritos pela autora. Ao usar estas formulações epistemológicas da denominada filosofia decolonial, que conta com a contribuição dos intelectuais sul-americanos Walter Mignolo, María Lugones, Aníbal Quijano, entre outros que realizam este esforço interpretativo do processo de colonização, partindo de uma crítica feita, a princípio, por Aníbal Quijano à concepção de colonialismo no contexto do apartheid na África do Sul e formulou o conceito de colonialidade do poder, o qual expõe como base para a efetivação do projeto moderno ocidental a discriminação racial proveniente da relação entre colonizadores e colonizados (Quijano, 2005). Dessa crítica proveniente dos estudos desenvolvidos por esse conjunto de autores, Walter Mignolo propôs uma indissociabilidade entre modernidade e colonialidade. Para Mignolo este par poderia ser representado

como um monstro que uniria a modernidade e a colonialidade, formando “(...) a imagem hegemônica sustentada na colonialidade do poder que torna difícil pensar que não pode haver modernidade sem colonialidade; que a colonialidade é constitutiva da modernidade, e não derivativa.” (2005, p. 33). Esta afirmação do autor contribui para pensarmos a organização das sociedades colonizadas e as consequências da atuação do chamado monstro colonial que chegou em caravelas e passou a caminhar pelas terras abaixo da Linha do Equador roubando, exterminando e violentando aqueles e aquelas que já estavam aqui, fazendo cativos e estabelecendo a força outras formas de viver, andar e habitar, representando as marcas da violência colonial que persistem até hoje.

Se partirmos dessa concepção defendida pelo pensamento decolonial, podemos encontrar nos diários de Carolina Maria de Jesus os rastros deixados por este monstro que ao escravizar, expropriar e explorar construiu um legado de morte, pobreza, desigualdade social, fome, favela e racismo. O exercício, portanto, é distanciar-se de uma explicação pautada nas frequentes formulações das ciências humanas e sociais que tanto Darcy Ribeiro como Jessé de Souza criticaram pelo fato de buscarem experiências exógenas inebriadas pelas referências europeias de explicações para as etapas da modernização brasileira, que fechavam os olhos para o problema colonial. Dessa maneira, buscamos ver como Carolina Maria de Jesus em seus diários descreve como é viver no contexto da colonialidade/modernidade. Além de somar a estas formulações do pensamento decolonial do sul global a produção intelectual negra brasileira de Lélia Gonzalez, Clóvis Moura e Abdias Nascimento.

Considerações finais

Em *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, a autora retrata o cotidiano vivido na favela do Canindé, às margens do Rio Tietê. Os conflitos e violências presenciadas por meio das brigas e mortes frequentes. A precariedade da vida no maior centro urbano da América do Sul nas décadas de 1950 e 1960, que se contrapunha ao ideal industrial e desenvolvimentista. Já que o grande centro industrial em tese deveria oferecer oportunidades, emprego e ascensão social, como a própria autora relata que ao ver as pessoas voltando para Minas Gerais de São Paulo bem vestidas, imaginava que ao chegar à metrópole teria a vida mudada e poderia, assim como seus conhecidos, usar tecidos finos. Mas o que São Paulo proporcionou à Carolina Maria de Jesus foram trabalhos precários e a situação de catadora e despejada. Como a socióloga argentina María Lugones adverte, “... a estrutura das disputas pelo controle da força de trabalho é descontínua: nem todas as relações de trabalho no capitalismo eurocêntrico e global se encaixam no modelo de relação capital/salário, ainda que este seja o modelo hegemônico.” (Lugones, 2020, p. 58) na colonialidade a exclusividade do trabalho assalariado destina-se aos brancos. Podemos exemplificar esta estrutura com o incentivo à imigração europeia que ocorreu no Brasil, para a ocupação de postos de trabalho no projeto de branqueamento da população como afirma o intelectual, artista e político Abdias Nascimento na obra, *O genocídio do negro brasileiro*:

[...] Arthur Neiva louvava a orientação imigratória, afirmando que “Daqui a um século a nação será branca”. Enquanto isso, João Batista de Lacerda, único delegado latino-americano no Primeiro Congresso Universal de Raças, realizado em Londres em 1911, previa que até o ano 2012, o Brasil estaria livre do negro e de seu mestiço: “Em virtude desse processo de redução étnica, é lógico esperar que no curso de mais um século os *métis* tenham desaparecido do Brasil. (Nascimento, 2016, p. 87).

Como demonstra Abdias Nascimento, o cálculo para o extermínio da população negra era um projeto abertamente defendido em âmbito nacional. Logo, a ausência dessa população nos postos de trabalho assalariados deve ser entendida como reflexo deste pensamento genocida, o qual contava com a morte para se realizar. Clóvis Moura, na obra *Sociologia do negro brasileiro* (2019), enfatiza com mais acuidade como o processo de branqueamento caminhou ao lado da dita modernização brasileira, “(...) negro representava a animalidade, o atraso, o passado, enquanto o branco (europeu) era o símbolo do trabalho ordenado, pacífico e progressista” (Moura, 2019, p. 109). Este projeto de modernização do Brasil, como pode ser percebido a partir da leitura desses autores, estava intimamente comprometido com o descarte do que era denominado carga passiva, exótica, incapaz e perigosa: a população negra. Na visão corrente, esta parcela da população

era incapaz de se adequar à nova etapa de desenvolvimento do país. Enquanto o trabalhador branco, cristão, europeu, além de possuir conhecimento sobre o mundo do trabalho assalariado dentro de um modelo capitalista já estruturado, incorporaria os valores da cultura ocidental em solo brasileiro.

Quando Carolina Maria de Jesus escreve em seu diário: “*Parece que vim para este mundo predestinada para catar, só não cato a felicidade*” (Jesus, 2007, p. 80), demonstra as reverberações em sua epiderme deste projeto de modernização e industrialização, com base no genocídio e no descarte da população negra, característico da colonialidade. Fato que também é possível observar em uma referência à cidade e sua monstruosidade moderna, “*A cidade é um morcego que chupa nosso sangue*” (Jesus, 2007, p. 183). A metáfora da cidade como morcego, nos traz a reflexão do processo de expropriação sofrido pelos/as/es despossuídos/as/es. São Paulo, a cidade do sul global, a qual a autora retrata a partir da perspectiva da fome, seja física ou existencial, nos seus mais diversos espectros, convivendo com a alta concentração de renda em um número ínfimo da população, onde empreendimentos imobiliários se erguiam sobre o chão alcançando altitudes cada vez maiores e ocupando quarteirões, enquanto famílias construía com madeira quartos de despejo às margens de algum afluente hídrico que se transformará em esgoto. Isto é, a metáfora do morcego se associa com a ideia de sucção do sentido da vida. Apesar da mítica em torno deste mamífero estar relacionada à sucção do sangue de animais e humanos, a literatura biológica, contudo, nos adverte afirmando que esta informação é inconsistente, haja vista que existe uma profusão de espécies de Quirópteros (nome científico dos morcegos) e que a maioria são insetívoras e frugívoras, ou seja, não se alimentam necessariamente de sangue; a metáfora da cidade como morcego guarda o sentido da sucção das forças vitais, perspectiva importante para que possamos compreender como o projeto de modernidade/colonialidade atua efetivamente também em níveis subjetivos.

Em outro momento na obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, quando Carolina de Jesus ao conversar com outro catador de papel o questiona do porquê ele não guarda algum dinheiro, o jovem responde de maneira lúcida como quem leu os teóricos da sociologia nacional e sabe o que o projeto de modernidade no contexto brasileiro reserva para os/as/es despossuídos/as/es.

– A senhora me faz rir! Já foi o tempo que a gente podia guardar dinheiro. Eu sou infeliz. Com a vida que levo não posso ter aspiração. Não posso ter um lar, por que um lar inicia com dois, depois vai multiplicando.

Ele olhou-me e disse-me:

– Porque falamos disso? O nosso mundo é a margem. Sabe onde estou dormindo? Debaixo das pontes. Eu estou doido. Eu quero morrer!

– Quantos anos você tem?

– 24. Mas já enjoei da vida.

Segui pensando: quem escreve gosta de coisas bonitas. Eu só encontro tristezas e lamentos. (JESUS, 2007, p. 185)

Esta conversa nos revela a ausência de sentido que a sociedade de base moderna/urbana/colonialista impõe a quem foi propositalmente deixado às margens deste projeto de nação. A ausência de aspiração na vida e o ímpeto suicida são elementos importantes para serem considerados como reflexo do projeto de extermínio e negação da existência da população negra e indígena. Quando Carolina Maria de Jesus lança mão de outra metáfora ao dividir a cidade em cômodos, como se fosse uma casa, parte do modelo de habitação moderno para fazer uma crítica demonstrando que a favela poderia ser considerada o quintal onde se joga o lixo; já os bairros com casas de alvenaria e equipamentos urbanos seriam a sala de visita, esta relação metafórica que a escritora faz tem por objetivo nos fazer entender como o processo de segregação social é explicitamente estabelecido na cidade moderna, mas também colonial.

Em *Casa de Alvenaria volume I Osasco e volume II Santana* são apresentadas situações cotidianas ambientadas em contextos sociais diferentes de *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. Além disso, estes dois diários que se referem às regiões de Osasco e Santana foram encomendados pelo jornalista Audálio Dantas, responsável pela primeira publicação de Carolina de Jesus e tinha como intuito prosseguir com os relatos da autora em novos ambientes. É importante ressaltar que a Carolina Maria de Jesus escreve estes diários contrariada, afinal, ela também queria se dedicar à ficção, à poesia e à dramaturgia, mas acaba cedendo

como uma espécie de gratidão ao trabalho do jornalista que possibilitou com que ela ganhasse notoriedade na imprensa, no meio literário, político e saísse da favela.

Nestes dois diários escritos sob encomenda, a vida da autora é retratada fora da favela vivendo em bairros como Santana e Osasco, quando este último ainda fazia parte dos limites municipais da cidade de São Paulo. Em resumo, ela relata sua ambientação nas casas de alvenaria e o novo cotidiano com os filhos e compromissos públicos que por vezes contavam com a presença de autoridades e figuras célebres. No prefácio das duas edições a escritora Conceição Evaristo juntamente com a filha de Carolina de Jesus, Vera Eunice, falam um pouco do contexto de vida da autora e da sua insatisfação em permanecer escrevendo apenas diários: “*Não estou tranquila com a ideia de que devo escrever o meu Diário de vida atual. Escrever contra a burguesia, eles são poderosos, pode destruir-me... Quando escrevi contra os favelados fui apedrejada. Escrevendo contra a burguesia podem enviar-me um tiro.*” (Jesus, 2021, p. 144). A percepção de Carolina Maria de Jesus sobre a burguesia nacional demonstra sua lucidez frente às atitudes do que nomeamos aqui como monstro colonial, a partir da prática comum do racismo e do extermínio.

No volume I Osasco, a situação do deslocamento urbano é uma tônica importante que a autora aborda em seus relatos ao demonstrar como o cotidiano dos trabalhadores/as/us que estão nas periferias é impactado devido à ausência de transporte público. O que nos lembra a contribuição do geógrafo brasileiro Milton Santos na obra *Metrópole Corporativa e fragmentada* (2019), quando nos mostra a lógica da ausência de transporte nas periferias de São Paulo como um projeto proposital para conter os mais pobres nestas regiões. Mesmo hoje vivenciando a existência da periferia no centro, quando a dicotomia centro-periferia pode ser entendida como mais difusa, ainda é possível verificar o impacto da precariedade dos transportes públicos na vida daqueles/as/us que estão nas periferias e necessitam se deslocar pela cidade.

A crítica social em *Casa de alvenaria volume I Osasco* é fortemente acentuada, quando Carolina de Jesus ao se descolar no sentido do centro da cidade de São Paulo, evidenciava a persistência da precariedade da vida de quem reside nos bairros periféricos, seja na ausência dos meios de transporte ou nas enchentes que assolavam e ainda assolam a população dessas regiões. Apesar da situação financeira da autora ter melhorado em comparação ao período em que vivia na favela, com a publicação de *Quarto de despejo*, ela mantém um olhar crítico frente às condições de vida dos mais pobres. De modo que participou ativamente das manifestações pela emancipação do então bairro de Osasco, devido ao abandono do bairro pela gestão de Ademar de Barros na cidade de São Paulo.

Em *Casa de Alvenaria volume II Santana*, Carolina Maria de Jesus se depara com o racismo estrutural (Almeida, 2018) brasileiro, ao conviver com a constante sensação de não pertencimento e inadequação, como reflexo das situações de racismo vivenciadas pela autora e seus filhos. Neste volume as reflexões existenciais registradas pela autora demonstram os reais impactos do projeto de modernização sobre os corpos daqueles/as/us que deveriam ter sido exterminados pelo Estado Moderno.

Levantei as 5 horas. – Hoje estou triste! Acho minha vida sem graça.
Fiz café. Sai e fui olhar o céu. Ver se vai chover. Porque eu estou com dó dos favelados.
Porque a favela está alagada. – É horrível andar na água.
[...] Todos dizem que eu fiquei rica. Que eu fiquei feliz. – Quem assim o diz, estão enganado!
Devido o sucesso do meu livro, eu passei a ser olhada como letra de câmbio. Represento o lucro, eu passei a ser ouro, admirada por uns e criticada por outros. (Jesus, 2021, p. 32-33).

O que se verifica em relatos como este é a constante insatisfação com o abandono dos mais pobres e a percepção de sua transformação em moeda de troca ou mesmo em uma mercadoria excêntrica. É possível perceber uma sensação de não se sentir em casa, mesmo estando em uma casa de alvenaria, este que era o grande sonho de sua vida, com saneamento básico e conforto. Mesmo após a concretização do sonho da casa própria, as frequentes situações de racismo que ela e seus filhos vivenciaram no bairro de Santana demonstram o quanto a mobilidade social não livrou a autora de sofrer reiteradamente com a discriminação pela cor de sua pele.

Desse modo, o que buscamos construir ao longo deste artigo foi uma reflexão em torno da abordagem filosófica decolonial e o pensamento de intelectuais negros, com a finalidade de demonstrar aspectos dos diários de Carolina Maria de Jesus enquanto formas de evidenciar processos inerentes à

modernidade/colonialidade e suas investidas na vida de mulheres e homens pretos/as, ou ainda daqueles/as/us considerados/as/es despossuídos/as/es no contexto da cidade de São Paulo nas décadas de 1950-1960. A leitura dos diários de Carolina de Jesus também auxiliou na elaboração de uma crítica à permanência de uma certa forma de pensar a modernidade brasileira que desconsidera fatores como o racismo que estrutura nossa sociedade. Por esse viés, a concepção de saberes localizados proposta por Donna Haraway (1995) diz respeito a esta prática baseada em saberes situados em determinado contexto, de modo a valorizar a experiência de quem viveu e registrou o cotidiano da cidade de São Paulo em condições precárias de existência, para pensar a constituição da urbanidade na modernidade/colonialidade à brasileira.

Referências

- ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2019.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. São Paulo: Grijalbo, 1977.
- CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo negro, 2011.
- JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de Despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Ática, 2007.
- JESUS, Carolina Maria de. **Casa de Alvenaria**. V. I. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
- JESUS, Carolina Maria de. **Casa de Alvenaria**. V. II. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
- CALVINO, I. **Por que ler os clássicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- DEMIER, Felipe. **A lei de desenvolvimento desigual e combinado de Léon Trotsky e a intelectualidade brasileira**. Rio de Janeiro: 2007. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-16-Artigo-03.pdf>. Acesso em: 30/06/2022.
- GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos** Rio Janeiro: Zahar, 2020.
- HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio a perspectiva parcial. In **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, pp. 7-41, 1995. Disponível em: <http://bit.ly/2RWVOCc>. Acesso em: 30/06/2022.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 1995.
- LUGONES, María. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.
- NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: Processo de um racismo marcado**. São Paulo: Perspectiva, 2016.
- MIGNOLO, Walter D. **A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade**. Sur-Sur, 2005. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf. Acesso em: 30/06/2022.
- MIGNOLO, Walter D. **Colonialidade: O lado mais obscuro da modernidade**, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPx5Zr3yrMjh7tCZVk/?lang=pt&format=pdf>.

MOURA, Clovis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf. Acesso em: 30/06/2022.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, Milton. **Metrópole corporativa e fragmentada: o caso de São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2019.

SCHWARCZ, Moritz Lilia. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das letras, 2019.